



## Para reduzir número de processos, CNJ fará o Ano da Conciliação

Para reduzir os mais de 67 milhões de processos que tramitam na Justiça brasileira, o Judiciário fará o Ano da Conciliação e não mais a Semana da Conciliação. O Ano da Conciliação começa ainda no primeiro semestre de 2009. A informação foi dada pelo ministro Gilmar Mendes, presidente do Conselho Nacional de Justiça, nesta quinta-feira (19/2), quando falava sobre a pesquisa *Justiça em Números* que trata da quantidade de processos do Judiciário brasileiro, em 2007, e mostra os principais gargalos.

O ministro ressaltou que os dados revelados na pesquisa do CNJ são medidores da eficiência da Justiça e são importantes para os ajustes necessários em seu funcionamento. O corregedor nacional da Justiça, ministro Gilson Dipp, e os conselheiros Mariam Maia e Antônio Umberto de Souza Junior, também comentaram a pesquisa.

Gilmar Mendes avaliou que os mais de 67 milhões de processos que tramitavam na Justiça brasileira em 2007 é um número preocupante. “Precisamos fazer algo para trabalhar o estoque”, enfatizou, ao dizer que o grande número das ações foi resultado principalmente dos planos econômicos que incharam os tribunais brasileiros.

De acordo com a pesquisa, a Justiça Estadual (primeira e segunda instâncias) ainda é a campeã no quesito taxa de congestionamento. Somados os processos que entram no ano com os que estão em estoque, 74% do total ficam sem julgamento. O Judiciário dos estados é também o que responde pelo maior número de processos (quase 55 milhões de ações) e pela maior fatia da despesa (R\$ 16,6 bilhões).

Nos Tribunais de Justiça, a taxa de congestionamento caiu. Em 2004, era de 51,9% e em 2007, chegou a 45,4%. Mas em primeira instância a situação manteve-se inalterada. O congestionamento era de 80,6% em 2004 e, em 2007, ficou em 80,5%.

Na Justiça Federal e na do Trabalho, o fenômeno se repete. Em segunda instância, a taxa de congestionamento caiu nos últimos quatro anos, mas em primeiro grau teve pequena elevação. Na média, de cada 100 processos que tramitam na Justiça Federal, 58 ficam sem julgamento. Na Justiça do Trabalho, a taxa de congestionamento é de 46%.

### Estratégias

Gilmar Mendes disse que o Judiciário tem como meta julgar todos os casos que estavam em tramitação na Justiça até 31 de dezembro de 2005 (cerca de 40 milhões) até o final desse ano. “Nosso problema número um é a demora na prestação judicial”, enfatizou. O ministro afirmou que “espera cumprir rigorosamente essa meta”.

O presidente do CNJ também mencionou que a conciliação é o caminho para reduzir o volume de processos da Justiça. Para ele, “as instituições e o Estado precisam pensar em uma forma de fazer Direito sem a necessidade de judicialização”, disse. Para isso, afirmou que esse ano, em vez de fazer a Semana da Conciliação, o Judiciário fará o ano da conciliação. Na Semana Nacional pela Conciliação, feita em



---

dezembro de 2008, pelo menos 1 milhão de ações deixaram de ingressar na Justiça. “Precisamos estimular essas iniciativas”, afirmou.

Gilmar Mendes lembrou também que o Judiciário deve trabalhar pela inclusão social, levando a Justiça à população excluída, a exemplo dos ribeirinhos da Amazônia. “Talvez tenhamos até um aumento da judicialização em razão disso”, disse, ao ressaltar que o Judiciário deve estar preparado para isso e investir na conciliação. O ministro afirmou ainda que a prestação judiciária gratuita, por meio das defensorias e do serviço voluntário dos advogados, também é um caminho para reduzir os conflitos na Justiça.

Para sanar a questão da demora no julgamento dos casos, o ministro destacou que é necessário priorizar os investimentos em informática e automatizar a distribuição dos processos. Reforçou a importância de implantar sistemas de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias e a implantação das Varas de Execução Criminal virtuais.

O ministro também voltou a falar do problema dos réus presos que estão com os processos parados, lembrando que alguns casos ficam aguardando a manifestação do Ministério Público. “Isso decorre do mau funcionamento da máquina judiciária e em alguns casos do Ministério Público”, disse. O presidente do CNJ frisou que é “preciso adotar uma gestão profissional em todos os âmbitos do judiciário” para resolver as deficiências da justiça brasileira.

### **Virtualização**

O acesso virtual aos atos do Judiciário, com exceção dos sigilosos, também foram destacados por Gilmar Mendes na apresentação do *Justiça em Números*. Na avaliação do presidente do CNJ e do STF, essa é uma forma de “acelerar e dar efetividade às decisões judiciais”.

Outras metas enfatizadas por Gilmar Mendes para melhorar a Justiça Brasileira foram: a implantação do processo eletrônico nas unidades judiciárias, o controle eletrônico das interceptações telefônicas e a integração dos protocolos (locais que recebem as petições) das justiças estaduais. Ele lembrou que recentemente foi assinado acordo em Minas Gerais para possibilitar a integração das justiças no estado e facilitar o acesso do cidadão à Justiça.

### **Date Created**

19/02/2009